

FURTADO, Celso O capitalismo global. São Paulo: Amilcar Baiardi. Paz e Terra, 1998.

▶ Celso Furtado

Com um sabor de balanço de sua produção intelectual, que começa em 1946, e de sua trajetória de arguto analista da realidade nacional, cujo início está marcado pelos estudos de meados dos anos cinquenta sobre a economia brasileira, Celso Furtado nos apresenta seu último livro, intitulado *O capitalismo global*. O início da obra está reservado a indicar quem o influenciou como cientista social e é nesse capítulo que o autor reconhece a importância de Mannheim e de Gilberto Freyre para que a história se convertesse em seu principal objeto de estudo. É também aí que Celso Furtado faz uma afirmação de sua descrença no determinismo econômico como última instância, provavelmente a causa de ele nunca ter sido plenamente aceito pelo pensamento marxista mecanicista e nem ter figurado como autor de leitura obrigatória dos cursos de realidade brasileira, que faziam parte do ritual introdutório às organizações de esquerda no Brasil¹.

O livro segue com o depoimento de um investigador que proclama um compromisso com a sua independência – mas que nada diz da necessidade de afastar a subjetividade e buscar a neutralidade axiológica como pesquisador – e denuncia o papel da ciência social institucionalizada, que coíbe a criação e estimula representações nas quais se usa muito esforço mas pouca imaginação. Sugerindo que ele próprio se opôs a essa subordinação à ‘ciência oficial’, Celso Furtado se coloca como protagonista de uma revolução khuniana na análise da realidade latino-americana e manifesta mais um preito de gratidão, desta vez a Raul Prebisch, que lhe teria dito que “diante dos condicionamentos da ciência oficial, e contra a qual se in-

surgiam a heterodoxia e a heresia, o importante era pensar com as próprias cabeças”, ou seja, fora dos esquemas da ortodoxia.

Celso Furtado atribui a um movimento do qual fez parte aquilo que seria a fundação da nova economia brasileira. Essa corrente tem vida a partir de um grupo de pensadores do Brasil da época – com uma visão de mundo progressista e nacionalista – que se reuniam no Clube de Economistas. Foi iniciativa desse movimento a publicação da *Revista Econômica Brasileira* nos primeiros anos da década de cinquenta. Segundo Celso Furtado, esse agrupamento teve um papel relevante ao identificar que a superação do subdesenvolvimento dependeria da industrialização e não do aprofundamento das vantagens comparativas de comércio internacional, ensinadas no âmbito da economia agrário-exportadora. Entretanto o autor reserva para si uma função relevante no grupo, qual seja a de reconhecer que os empresários paulistas já tinham uma certa maturidade para criar um sistema industrial capaz de autogerar seu dinamismo.

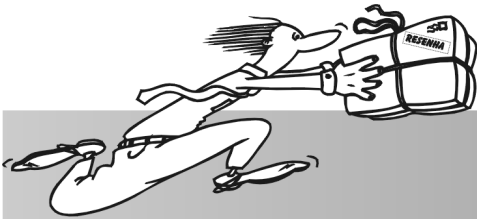
Com a tradução para o português do que ficou conhecido como o *Manifesto de Prebisch* e com os debates que tiveram lugar a partir daí, criaram-se, para Furtado, as condições para a proposição de uma política de industrialização voluntarista para o Brasil. O documento do economista argentino defendia uma posição ativa do Estado no processo de mudança estrutural da economia brasileira, que finalmente se viabilizou graças às políticas cambiais de proteção ao café, as quais propiciaram a

possibilidade de importar bens de capitais a preços reduzidos.

Na sua interpretação da história, Celso Furtado não faz referência ao fato de que já na metade da referida década de cinquenta a situação havia se alterado no que tange ao arco de alianças que apoiava esse projeto de capitalismo autônomo nacional, que deveria nascer do imperativo de uma industrialização voluntarista. A defesa de um projeto nacional de industrialização a qualquer custo havia se tornado quase um consenso no pensamento econômico brasileiro. Manifestações contrárias à *main stream* eram somente duas. De um lado, estavam o Prof. Eugênio Gudín e sua escola, que o faziam por serem adeptos da ortodoxia, que preconizava a permanência de uma economia reflexa. De outro, por motivos bastante diferentes, encontrava-se o economista Ignácio Rangel, que defendia um modelo de industrialização menos rápido, mais seletivo e mais focado. Este modelo deveria ser descentralizado, disseminando-se com base no potencial de mercado de fatores e de produtos que a agricultura proporcionasse e constituir-se-ia em ponte entre a economia rural e a urbana. Deveria, ainda, atrair intervenções voltadas para gerar externalidades do ponto de vista da infraestrutura e do ponto de vista da empresa rural, nascida da destruição do latifúndio².

¹ Esses cursos priorizavam como autores Caio Prado Júnior e Nelson Werneck Sodré.

² Nessa época, Ignácio Rangel já antevia a possibilidade de esgotamento do padrão de industrialização fundamentado na substituição de importações e recomendava uma política de desenvolvimento baseada no uso dos recursos ociosos, a qual contemplaria, dentre outras medidas, a reforma fundiária e o povoamento ao longo dos eixos rodoviários.



RESENHAS

Como vozes isoladas, Gudin e Rangel não tiveram força para mudar o rumo das políticas econômicas que se sucederam no apoio à industrialização forçada. A prevalência do modelo de industrialização a qualquer custo - que no limite apontava para uma quase total substituição de importações - teve seu clímax durante o período autoritário recente de índole castrense. Para Celso Furtado, a industrialização foi condição necessária mas não suficiente para resolver os grandes problemas da sociedade brasileira. Com uma certa distância, o autor reconhece que, diferentemente do que aconteceu na Europa Ocidental, Norte América e Japão, o acesso à civilização moderna na América Latina e em outras partes do Globo Terrestre, como África e maior parte da Ásia, foi bloqueado pela ausência de determinados atributos culturais nos seus grupos sociais. No chamado Primeiro Mundo, malgrado interesses não necessariamente convergentes, os grupos sociais conflitantes comandaram o fantástico processo de acumulação, de um lado, e estabeleceram limites à barbárie do mercado, de outro.

Celso Furtado - reconhecendo a dimensão cultural como a determinante mais importante para a escolha de um modelo de desenvolvimento nesta segunda metade do século XX³ - afirma que se o Brasil não prosperou a culpa é de nossos agentes sociais, que nunca estiveram, culturalmente, à altura de seu papel, fossem eles empresários ou não. Não foi por ausência de uma diretriz, diz ele, rendendo tributo ao legado da CEPAL como um corpo de pensamento teórico que permite captar a especificidade do subdesenvolvimento e superar o etapismo rostowiano. Indo além, afirma que as teses cepalinas permitiram entender o sistema de poder subjacente à economia mundial, o qual explica a degradação dos ter-

mos de intercâmbio entre mercados com níveis diferentes de capacidade de internalizar o progresso técnico.

Na seqüência, Celso Furtado apresenta elementos constitutivos do que poderia ser considerada a síntese do entendimento contemporâneo sobre o novo capitalismo e o processo de globalização. Analisa brevemente as conseqüências desse último processo na fragilização do Estado nacional, na criação de novas relações das grandes corporações com a sociedade e com o Estado, na definição de uma outra natureza para as vantagens de intercâmbio, na redefinição do papel das expectativas na instabilidade financeira, no surgimento do denominado 'terceiro setor' para compensar a incapacidade do Estado em resolver problemas sociais, na importância de um sistema nacional de inovações e nas possibilidades de se abrirem brechas, *fenêtres d'opportunité*, na fechada estrutura das economias dominantes.

Em uma manifestação de bom senso, Celso Furtado não defende uma atitude de isolamento, uma autarquização da economia nacional, diante das vicissitudes da inserção no sistema econômico mundial. Contudo, o que é de grande pertinência, faz uma defesa de que isso se dê em um

quadro de preservação de identidade cultural e de rejeição de padrões de consumo correspondentes a níveis superiores de acumulação, o que explicaria a concentração de renda e a exclusão, cuja reversão dependeria do planejamento e do consenso social.

O autor propõe um esforço para a recriação de uma teoria do subdesenvolvimento na qual a regulação econômica ultrapasse os limites nacionais e permita uma racionalização alocativa da poupança mundial.

Não ficam claras as razões pelas quais Celso Furtado não cita ou não se refere às contribuições recentes da Nova Economia Institucional, dos neo-schumpeterianos e da Escola da Regulação, que conseguem se aproximar de uma representação mais precisa no entendimento do capitalismo de fim de século. Isto, entretanto, não tira mérito ao livro, que é um resumo atualizado de toda a sua obra, a qual, como diz João Manuel Cardoso de Mello, continua a nos dar lições de lucidez intelectual e coragem moral.

³ O autor alinha três tentativas mais significativas de superação do subdesenvolvimento: 1ª) a coletivização dos meios de produção; 2ª) a prioridade à satisfação das necessidades básicas; e 3ª) o ganho de autonomia externa.



DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS II Mestrado em Análise Regional

Objetivos

Contribuir para soluções de problemas econômicos-sociais, ambientais e organizacionais, a nível local e regional. Contribuir para formar e atualizar professores, capacitando-os para um desempenho adequado, na graduação e pós-graduação. Formar uma massa crítica capaz de desenvolver trabalhos científicos que contribuam para o desenvolvimento local, regional e nacional.

Prédio de Aulas 08 - Campus Iguatemi - Alameda das Espatódias,
915 - Caminho das Árvores, Salvador-BA

CEP. 41.820-460 - Tel. (71) 340-3600/3628 - Fax. (71) 340-3697

e-mail: maregional@unifacs.br